

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFPeI (RFDP), neste primeiro número do seu terceiro volume, apresenta mais um dossiê temático, desta vez dedicado a um dos campos de maior relevância no direito contemporâneo. “*Consumo e Vulnerabilidade: a proteção jurídica dos consumidores no século XXI*” busca apresentar à comunidade acadêmica importantes reflexões sobre o Direito do Consumidor no contexto de uma sociedade de consumo massificada, plural, da informação, econômica e culturalmente globalizada. Para tanto, reúne trabalhos de professores e juristas brasileiros, argentinos e peruanos, além de abrir importante espaço para a divulgação de artigos que resultam de trabalhos de iniciação científica, produzidos a partir da inserção de alunos da graduação e pós-graduação da FD/UFPeI no Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito do Consumidor (GECON/FD/UFPeI).

Assim sendo, o presente dossiê temático inicia com um trabalho especial, o texto do Professor Sergio Cavalieri Filho (*A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo: tendências do século XXI*), produzido para a sua Conferência de Encerramento do I Congresso Internacional de Direito do Consumidor da FD/UFPeI em 2014, e no qual analisa as características gerais da responsabilidade civil no Direito do Consumidor refletindo, sobretudo, sobre a importância de uma responsabilidade civil de natureza *objetiva* em uma sociedade contemporânea altamente complexa. O segundo trabalho, um texto de minha autoria (*O Direito do Consumidor e seus Princípios Fundamentais*), expõe acerca dos princípios constitucionais que fundamentam a existência do Direito do Consumidor no Brasil: defesa do consumidor, dignidade da pessoa humana, igualdade material, proporcionalidade, solidariedade e proteção da confiança.

Na sequência, o trabalho do Professor Ardyllis Alves Soares (*A economia compartilhada como inovação: reflexões consumeristas, concorrenciais e regulatórias*), apresenta importante contribuição sobre o estudo da economia compartilhada enquanto fenômeno social e jurídico, destacando-se, neste segundo aspecto, a necessidade de uma regulação jurídica que, sem esquecer a proteção dos consumidores, seja também capaz de fomentar a concorrência empresarial e de não obstar a criatividade inovadora do mercado. O quarto trabalho, de autoria do

colega Professor Silney Alves Tadeu (*Consumo e modernidade: reflexões em torno de uma teoria*), apresenta importante reflexão sobre a influência das técnicas do *marketing* contemporâneo que levam os indivíduos cada vez mais a um “modelo de consumo inconsciente”, cuja principal característica parece ser a da fabricação de necessidades nem sempre satisfatórias, implicando, assim, na delimitação dos modos de vida sociais. Encerrando o conjunto de trabalhos dos professores e juristas brasileiros, o texto do Professor Cristiano Heineck Schmitt (*A “Hipervulnerabilidade” como desafio do consumidor idoso no mercado de consumo*) apresenta o fenômeno da “hipervulnerabilidade” (ou vulnerabilidade agravada) como situação relacionada a determinados grupos de consumidores identificados em razão de certos critérios, como o da idade. Destaca, assim, a posição hipervulnerável do idoso e analisa as situações em que se deve dar a ele maior proteção jurídica, com a consequente imposição de deveres de cuidado aos fornecedores.

Os dois trabalhos que seguem são de autoria de professores e colegas da Argentina e do Perú e enriquecem ainda mais o conteúdo do presente dossiê temático na medida em que trazem significativa contribuição para o conhecimento da experiência jurídica de proteção dos consumidores em nossos países vizinhos. Neste sentido, o texto do Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires – UBA, Sergio Sebastián Barocelli (*La regulación de las prácticas comerciales en el Derecho del Consumidor Argentino*) analisa a realidade das práticas comerciais e sua regulação no Direito do Consumidor Argentino, destacando ainda a tipificação das *prácticas comerciales abusivas*. Em seguida, o texto do Professor Cesar Carranza Álvarez (*El Código de Protección y Defensa del Consumidor visto a través de la jurisprudencia del Indecopi: consolidación necesaria de sus criterios interpretativos*) traz importante contribuição sobre a proteção jurídica dos consumidores no direito peruano por meio da atuação de específico órgão, a *Sala Especializada en Protección al Consumidor* vinculada ao *Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual (INDECOPI)*.

E para encerrar este dossiê temático são apresentados, em formato de artigos, os resultados (iniciais e finais) das pesquisas de iniciação científica dos alunos da graduação e pós-graduação da FD/UFPEL e que integram a equipe discente do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito do Consumidor (GECON/FD/UFPEL), atualmente sob minha coordenação geral. Aliás, é oportuno e necessário apresentar as principais referências sobre o GECON/FD/UFPEL. O Grupo surgiu no ano de 2014 e tem, como objetivo principal, a promoção e integração, junto aos alunos da FD/UFPEL, das atividades de ensino e pesquisa relacionadas à proteção jurídica dos consumidores. Para tanto, as atividades do GECON envolvem, de modo simultâneo e em perspectiva de complementaridade: a) atividades de ensino: encontros (reuniões) periódicas em que se propõe o estudo e debate sobre temas atuais envolvendo a proteção jurídica dos consumidores no contexto da sociedade contemporânea

(leitura de textos, estudos dirigidos etc.) e; b) atividades de pesquisas: por meio dos encontros de ensino, os alunos são estimulados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa para apresentação de trabalhos em eventos de iniciação científica. Neste sentido é que as atividades do GECON/FD/UFPEL, relacionadas à proposta do Grupo de Iniciação à Pesquisa (GIP/FD/UFPEL), promovem importante contribuição ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa jurídica produzidos na Faculdade de Direito da UFPEL, reforçando, no campo do ensino, o quadro de atividades já existentes, como a disciplina (optativa) de Direito do Consumidor (Curso de Graduação) e as disciplinas “Direito Ambiental das Relações de Consumo” (PPGD - Curso de Especialização em Direito Ambiental) e “Consumo e Vulnerabilidade na Sociedade Contemporânea” (PPGD - Mestrado em Direito); e na pesquisa, é importante destacar que o GECON busca integrar, para a produção da pesquisa acadêmica, os alunos da graduação com os da pós-graduação na FD/UFPEL. Desta integração é que resultaram os artigos apresentados, a seguir, neste dossiê temático.

Em primeiro lugar, o texto de Aline Magalhães Montes (*A sexualização das meninas no universo da publicidade infantil brasileira*) enfrenta um tema de enorme relevância social tendo em vista o exponencial crescimento, nas últimas décadas, do *marketing* e da publicidade voltados ao público infantil. Aline faz um necessário e oportuno recorte em sua pesquisa, voltando-se para o marketing e a publicidade de produtos dirigidos às meninas e os efeitos dessas técnicas de oferta quanto a uma “adultização” precoce desse público consumidor hipervulnerável. O artigo está relacionado ao trabalho de iniciação científica apresentado por Aline no Encontro Nacional de Pós-Graduação (ENPOS) da UFPEL em 2016. Na sequência, o texto de Angélica Felippi (*Tarifa mínima de água multiplicada em Pelotas/RS: entendimentos e questionamentos*) apresenta interessante pesquisa a respeito da realidade do município de Pelotas quanto à prática de cobrança da tarifa mínima de água multiplicada em condomínios que possuem apenas um hidrômetro. Angélica considerou relevante a pesquisa desta realidade tendo em vista a existência da Lei Municipal n. 6.294/2015, que estabeleceu a exigência de ser feita cobrança pelo consumo efetivo de água e esgoto. O artigo está relacionado ao trabalho de iniciação científica apresentado por Angélica no Salão Universitário da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 2016.

O texto de Gabriela Losekan (*Considerações sobre a Política de Relações de Consumo e a promoção da proteção ambiental*) propõe, por meio de excelente revisão bibliográfica, uma leitura da proteção ambiental a partir dos objetivos e princípios no Código de Defesa do Consumidor quanto à Política Nacional das Relações de Consumo. O trabalho é, na verdade, o resultado inicial da pesquisa em torno da questão ambiental relacionada à proteção dos consumidores e está relacionado ao

trabalho de iniciação científica apresentado por Gabriela no Salão Universitário da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 2016. Na sequência, o texto de José Eduardo Teles Santos (*Uma análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul quanto à responsabilidade civil das concessionárias de estacionamento rotativo frente ao furto de veículos*) traz importante abordagem sobre a interpretação do TJRS quanto à responsabilidade das concessionárias de estacionamento rotativo fora do âmbito das relações de consumo, apoiando-se em rica pesquisa jurisprudencial e competente revisão bibliográfica. O artigo está relacionado ao trabalho de iniciação científica apresentado por José Eduardo no Congresso de Iniciação Científica (CIC) da UFPEL em 2016. Por fim, o texto de Letícia Francielly Lorena (*Alimentos com Glúten e informação aos consumidores: a relação entre o princípio da informação do Código de Defesa do Consumidor e a Lei n. 10.674/03*) discute, em perspectiva de diálogo entre Código de Defesa do Consumidor e a Lei 10.674/03, a necessidade da informação qualificada para alimentos com Glúten. O artigo de Letícia é resultado de seu estudo preliminar em sua pesquisa que está em fase de desenvolvimento. Os resultados serão apresentados em evento de iniciação científica.

Desejo que o conteúdo deste dossiê temático seja proveitoso aos que dele se utilizarem e aproveito a oportunidade para tecer meus sinceros agradecimentos, em primeiro lugar ao Prof. Guilherme Massaú, Coordenador Geral da RFDP, por ter oportunizado a realização deste projeto; em segundo lugar, à Luísa Ruas de Oliveira, Mestranda do PPGD/FD/UFPEL, pelo inestimável auxílio na revisão e formatação dos trabalhos.

Uma boa leitura a todos!

Prof. Dr. Fernando Costa de Azevedo
Organizador